



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Nilto Tatto - PT/SP

Apresentação: 13/12/2021 09:59 - Mesa

RIC n.1455/2021

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**  
(Do Sr. Nilto Tatto)

Solicita informações à Senhora Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre processos, no Incra, de interesse da empresa Belo Sun Mineração LTDA, e sobre a situação de projetos de assentamentos no estado do Pará.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado à Senhora Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o seguinte pedido de informações:

- 1) Cópias, inteiro teor, de todos os **processos administrativos (e Atos resultantes)** junto ao Incra, de interesse da empresa **Belo Sun Mineração LTDA** envolvendo atividades da empresa no estado do Pará. Em particular, requeremos a íntegra do contrato de Concessão de Uso nº 1.224/2021 e do processo administrativo correspondente (Processo nº 54000.002023/2017-34);
- 2) Cópia, inteiro teor, do processo de desafetação de áreas do PA Ressaca no estado do Pará;
- 3) Relação dos beneficiários com os respectivos CPFs, do Projeto de Assentamentos Ressaca, com a discriminação dos tamanhos dos lotes e da documentação da terra recebida por cada beneficiário (a) e;
- 4) Situação atual do PA Ressaca com informações sobre o número de famílias remanescentes; discriminação dos lotes "adquiridos" pela empresa Belo Sun informando se os lotes tinham TDs ou CDU? Emitidos em que datas?

**JUSTIFICATIVA**

A imprensa brasileira vem denunciando uma série de supostas irregularidades na destinação de lotes do PA Ressaca, no estado do Pará, com o também suposto apoio do Incra, para atividades minerárias de interesse da empresa canadense Belo Sun.

As denúncias de apropriação de terras da reforma agrária por meios tortuosos se estende também a outras modalidades de terras da União.



Tudo, para atender as estratégias expansão das atividades de mineração do ouro em vários municípios daquela região do Pará lideradas pela empresa em questão.

Com este Requerimento de Informações, nos termos da Constituição Federal, buscamos as informações oficiais a respeito da denúncia acima para podermos exercer as atribuições do Congresso Nacional na fiscalização dos Atos do Poder Executivo, especificamente na destinação privada de terras públicas da União em aparente afronta à Lei.

Sala das Sessões, em      de dezembro de 2021.

Deputado Federal Nilto Tatto  
PT/SP

